



A GEOHISTORICIDADE CAMPONESA EM “A TERRA E O HOMEM NO NORDESTE”¹

Gerlane Gomes da Rocha²
Universidade Federal de Pernambuco
Rodrigo Dutra Gomes³
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

Como citar:

ROCHA, G. G. da.; GOMES, R. D. A. Geohistoricidade camponesa em “A Terra e o homem no Nordeste”. **Revista Geografia em Atos** (Online), v. 6, n. 2, Ano 2022. p. 111-128.

DOI:

<https://doi.org/10.35416/geoatos.2022.9039>

Recebido em: 2021-11-15

Devolvido para correções: 2022-03-08

Aceito em: 2022-04-05

Publicado em: 2022-09-22

A partir do livro “A terra e o homem no Nordeste,” escrito pelo geógrafo Manuel Correia de Andrade, as direções metodológicas referentes ao campesinato nordestino mudam de uma perspectiva ambientalista descritivista para uma discussão pautada nos conflitos territoriais e contradições sociais dessa região. Assim, por meio da análise dessa obra e do pensamento geohistórico de Manuel Correia de Andrade pode-se entender a construção do campesinato nas sub-regiões nordestinas sob uma perspectiva crítica. Para realizar esse resgate interpretativo será utilizada a abordagem contextual do Geógrafo francês Vicente Berdoulay (2003, 2017) que consiste, de forma geral, em analisar a conjunção da lógica interna e do conteúdo da ciência com os contextos no qual o cientista e os objetos de estudo estão situados. Dentro da espacialidade nordestina nota-se uma diferenciação entre as suas sub-regiões que foram produzidas por fatores históricos e geográficos. Com isso, mesmo que as relações de exploração do campesinato se repitam nessas sub-regiões, os fatores que levam a esse cenário não são necessariamente iguais. No combate às contradições espaciais existentes na região Nordeste a junção de camponeses em sindicatos, cooperativas e movimentos rurais é uma ação que pode fazer frente a essas contradições.

Palavras-chave: Nordeste; Conflitos; Manuel Correia de Andrade

¹Este artigo foi originalmente publicado nos Anais da XXI Semana de Geografia da FCT/UNESP: Outras Geografias e (a)diversidades: experiências e potencialidades ocorrida em 2021 e passou por revisões e melhorias para publicação nesta edição especial.

²Graduada em Geografia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante do Grupo de Pesquisa de História do Pensamento Geográfico e Epistemologia da Geografia (GEHPEG) e estudante de Iniciação Científica (PIBIC/UFPE/CNPQ).

E-mail: gerlanegomesrocha@gmail.com

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-0746-4150>

³ Professor adjunto da Universidade Federal de Pernambuco, graduado e licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, é Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Pós-doutorado - FAPESP.

E-mail: rdutragomes@gmail.com

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-6452-3933>

LA GEOHISTORIA CAMPESINA EN "LA TIERRA Y EL HOMBRE EN EL NORESTE"

Resumen

A partir del libro "La tierra y el hombre en el Noreste," escrito por el geógrafo Manuel Correia de Andrade, las direcciones metodológicas referentes al campesinado en la región cambian de una perspectiva ambientalista descriptiva para una discusión pautada en los conflictos territoriales y contradicciones sociales. Así, por medio del análisis de esa obra y del pensamiento geohistórico de Manuel Correia de Andrade se puede entender la construcción del campesinado en las subregiones en Noreste desde una perspectiva crítica. Para realizar ese rescate interpretativo se utilizará un enfoque contextual del geógrafo francés Vicente Berdoulay (2003, 2017) que consiste, de forma general, en analizar la conjunción de la lógica interna y del contenido de la ciencia con los contextos en los que el científico y los objetos de estudio están situados. Dentro de la espacialidad se nota una diferenciación entre sus subregiones producidas por factores históricos y geográficos. Con eso, aunque las relaciones de explotación del campesinado se repitan en esas subregiones, los factores que llevan a ese escenario no son necesariamente iguales. En el combate a las contradicciones espaciales existentes en la región Noreste la unión de campesinos en sindicatos; cooperativas y movimientos rurales es una acción que puede hacer frente a esas contradicciones.

Palabras clave: Noreste; Conflictos; Manuel Correia de Andrade

PEASANT GEOHISTORICITY IN "THE LAND AND MAN IN THE NORTHEAST"

Abstract

From the book "The land and the man in the Northeast," written by the geographer, Manuel Correia de Andrade, methodological directions regarding the Northeastern peasantry change from a descriptive environmentalist perspective to a discussion based on territorial conflicts and social contradictions of this region. Thus, through the analysis of this work and the geohistorical thinking of Manuel Correia de Andrade, one can understand the construction of the peasantry in the Northeastern sub-regions from a critical geopolitical perspective. To perform this interpretative rescue, a contextual approach by the French geographer Vicente Berdoulay (2003, 2017), generally consists of analyzing the conjunction of internal logic and the content of science with the contexts in which the scientist and the objects of study are situated. There is a differentiation between its sub-regions produced by historical and geographical factors within the Northeastern spatiality. Thus, even if the relations of exploitation of the peasantry are repeated in these sub-regions, the factors that lead to this scenario are not necessarily equal. In the fight against the spatial contradictions existing in the Northeast region, the joining of peasants in unions; cooperatives, and rural movements is an action that can address these contradictions.

Keywords: Northeast; Conflicts; Manuel Correia de Andrade

Introdução

O livro “A terra e o homem no Nordeste” escrito pelo geógrafo pernambucano Manuel Correia de Andrade e publicado originalmente em 1963 renovou as direções metodológicas sobre a interpretação do campesinato nordestino. Nele ocorreu a mudança de uma perspectiva ambientalista descritivista para uma discussão guiada pelo método histórico e dialético.

Com isso, se estabeleceu a partir daí o emprego de noções referentes à organização do espaço agrário mediante relações de trabalho e produção, colocando o fator humano e social no centro do debate. Constituiu-se uma ruptura interpretativa precursora na Geografia Brasileira, que, interrompida pela ditadura militar de 1964, serviu depois de referência às leituras críticas que chegaram no final da década de 1970 (período de abertura política) e se afirmaram nas décadas de 1980 e 1990. Cabe assim, trazer à tona essa leitura geohistórica do campesinato nordestino a partir de Manuel Correia de Andrade e da sua obra que antecedeu e anunciou abordagens mais críticas na Geografia Brasileira.

Em termos gerais, a região Nordeste apresenta dentro do seu território uma multiplicidade de características físicas, sociais e culturais que a fazem ser uma espacialidade de contrastes, um “mosaico” (ANDRADE, 1973). Em suas diversas sub-regiões os fatores geográficos e históricos modificaram as condições sociais do campesinato e de suas relações produtivas. Manuel Correia de Andrade buscou problematizar essa diversidade numa leitura regional enquanto totalidades históricas, que guiou suas reflexões sobre o contexto da formação do campesinato e seus conflitos.

Nesta direção, pretende-se apresentar a trajetória de vida espacialmente delimitada de Manuel Correia de Andrade e aspectos de seu pensamento social. No caso, busca-se também resgatar sua análise da espacialidade do campesinato no Nordeste a partir de uma leitura geohistórica (ANDRADE, 1973). Neste mesmo movimento confrontamos, ao longo da argumentação, as rupturas, continuidades e contradições de sua leitura frente às proposições contemporâneas do campesinato Nordestino.

Metodologia

Para orientar a pesquisa utilizou-se a abordagem contextual de Berdoulay (2003, 2017), que consiste em analisar a conjunção tanto das lógicas internas às disciplinas e teorias, quanto às influências externas nas quais os cientistas e os objetos de estudo estão situados.

Essa abordagem está dividida em 5 etapas: 1) Reconhecimento da existência de sistemas estruturados de pensamento, ao mesmo momento em que há continuidade de certas percepções; 2) Não estabelecer dicotomias entre fatores internos da ciência (teorias, conceitos) e fatores externos (contexto da sociedade da época, economia, política e poder); 3) Não negligenciar ou hierarquizar tendências geográficas; 4) Analisar algumas das questões principais que afligiam o contexto social da região estudada; 5) Problematizar os “círculos de afinidade” onde os autores e personagens se inserem, para compreender o pensamento científico da época.

Somando-se a esses aspectos, foi realizada uma espacialização para compreender e contextualizar o território da vida e as obras de Manuel Correia de Andrade, com a finalidade de buscar possíveis relações entre ele, suas obras, seu pensamento e suas contribuições (MACHADO, 2019). Em complemento a esses direcionamentos foram obtidos dados secundários pela pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo e pela utilização de outras obras de Manuel Correia de Andrade: “O pensamento geográfico e a realidade brasileira” (1977), “Poder político e produção do espaço” (1984) e “O caso do Nordeste brasileiro” (1985).

O presente artigo está organizado em três partes, sendo essas compostas por um ou mais pressupostos da abordagem contextual. A primeira parte, “Manuel Correia de Andrade: uma Geografia social”, está inserida nos pressupostos 2º e 4º e discorre sobre as características históricas, sociais e geográficas nas quais o autor conviveu, bem como as discussões feitas dentro da ciência geográfica no período. Na segunda parte, “Geohistoricidade do campesinato nordestino”, se utilizou o 4º pressuposto para destacar o contexto histórico e sua interferência na formação territorial das sub-regiões do Nordeste, assim como nas relações produtivas no campo e na construção do campesinato. Por fim, a terceira parte “Rupturas, continuidades e contradições”, foi desenvolvida a partir das percepções do 1º pressuposto, a fim de analisar os mecanismos que continuam ou se modificaram no espaço agrário nordestino, correlacionando dados do censo agropecuário e normas jurídicas com as proposições de Andrade (1973).

Manuel Correia de Andrade: uma Geografia social

Manuel Correia de Andrade trouxe para a reflexão da espacialidade do Nordeste um debate político de caráter libertário, com o intuito de analisar de forma crítica o desenvolvimento das relações de poder que se reproduziam regionalmente. Desse modo,

estabeleceu e analisou marcos históricos que fundamentaram a construção do sistema latifundiário nordestino, a exemplo da divisão inicial em capitânicas hereditárias. Nesse caso, se afastou das tendências que buscavam naturalizar os problemas sociais dessa região. Para tanto, destacou que a dinâmica territorial interferia no estabelecimento dos conflitos e das desigualdades presentes no Nordeste. Esse processo, por sua vez, precisaria ser estudado por meio de uma perspectiva histórica e dialética sem a naturalização do espaço geográfico.

Destaca-se que tão importante quanto o discurso teórico de Andrade se faz também a sua prática social e política exercida durante a sua vida. Manuel Correia de Oliveira Andrade, nasceu em 1922, no Engenho Jundiá localizado em Vicência, Zona da Mata, Norte de Pernambuco. O convívio no Engenho Jundiá com trabalhadores rurais possibilitou um olhar crítico sobre o tema da reforma agrária e dos conflitos territoriais no campo. Assim, mergulhado num ambiente aristocrático, patriarcal e desigual, Manuel Correia observou a necessidade de uma reforma agrária que modificasse as estruturas sociais, muito baseadas em heranças do sistema colonial europeu. Alinhadas a essa influência espacial, se tem as características da conjuntura política do Brasil e do Nordeste que contribuíram no seu engajamento político.

Na década de 1930, no auge da Revolução Constitucionalista, Manuel Correia de Andrade mudou-se para o Recife, centro político do Nordeste na época, com o objetivo de cursar Direito. No mesmo período cursou licenciatura em História e Geografia, essa dupla formação o fez não dissociar os princípios históricos da formação do espaço. Durante a sua formação acadêmica, entrou em contato com organizações estudantis e diretórios acadêmicos. Posteriormente, participou assiduamente da oposição ao Estado Novo (1937-1945), regime de carácter antidemocrático empreendido por Getúlio Vargas. Esse cenário, junto com a preocupação com as classes empobrecidas, fez com que também ingressasse em 1942 no Partido Comunista.

Entre 1950 e 1960, com a criação dos primeiros núcleos institucionalizados de Geografia em Pernambuco, Manuel Correia de Andrade começou a exercer, respectivamente, a carreira de professor da educação básica e do ensino superior. Nesses espaços contribuiu para o alicerçamento da Geografia institucional no Estado. Destacar esses aspectos biográficos é um fator importante, pois faz parte de uma abordagem espacial que compreende e contextualiza o território da vida e as obras do autor, com a finalidade de

buscar possíveis relações entre ele, suas obras, seu pensamento e suas contribuições, conforme apontam Berdoulay (2003, 2017) e Machado (2019).

Em compromisso com uma geografia de caráter humanístico e social, Manuel Correia de Andrade não compreendia uma separação rígida entre as ciências sociais. Desse modo, contrariava as dicotomias existentes na conceituação epistemológica da Geografia que fazia distinções entre os fenômenos físicos e humanos. Assim, conforme relata em entrevista concedida à Leite (2000), pensava a ciência social como algo único que foi desmembrado em alguns ramos a exemplo da História, Geografia, Economia e Sociologia que deveriam se complementar de forma interdisciplinar. Tal fator é importante para o entendimento do pensamento interdisciplinar desenvolvido pelo autor, pois em suas obras buscou alinhar o conhecimento geográfico com análises históricas, dialéticas, sociais e econômicas.

Destaca-se que os trabalhos científicos de Geografia produzidos no Brasil nas décadas de 1940 e 1950 não contemplavam essa visão de historicidade crítica do espaço geográfico e nem abarcavam um estudo de abrangência escalar nas correlações espaciais. Sobre isso, Andrade (1977) salienta que:

Os trabalhos em Geografia eram feitos com uma preocupação muito local, mediante análises de pequenas áreas e descrição de paisagens, quase sempre sem uma preocupação de generalidades, de correlação de causa e isolando-se dos movimentos renovadores do conhecimento científico internacional, mais preocupados com os aspectos culturais da Geografia que com a sua possibilidade de utilização política e social. (ANDRADE, 1977, p. 11).

Nesse período, a Geografia não era compreendida como um conhecimento voltado para a solução de problemas de desigualdade estrutural e social do Brasil, pois as escalas de análise eram bastante limitadas. A diversidade de fatos regionais e inter-regionais também não eram analisadas de forma correlatas. Esse fator se deve à influência, na época, da Geografia Regional nas primeiras gerações de geógrafos brasileiros, baseada na tradição francesa do possibilismo e na alemã do determinismo geográfico. Com isso, o viés descritivo se tornava predominante. Assim, Manuel Correia de Andrade pode ser inserido num movimento de renovação da ciência geográfica que passou por contestações entre 1950 e 1970 dos seus preceitos internos defendidos pelo positivismo e neopositivismo, surgia então uma geografia de abordagem crítica (SAQUET, 2010).

No final da década de 1950 e início da década de 1960 surgem novas perspectivas sobre os estudos regionais no Nordeste com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE-1959), no Governo de Juscelino Kubitschek. Esse projeto é um desdobramento de outros relacionados ao planejamento regional do Nordeste, a exemplo do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). A partir de então, a ciência geográfica passa a atuar, principalmente no Nordeste brasileiro, em projetos desenvolvimentistas e de planejamento, visando não apenas descrever, mas solucionar os problemas regionais.

Pontua-se, porém, que mesmo marcando um avanço com esse novo direcionamento científico e estatal, as estruturas sociais permaneceram não problematizadas e as políticas públicas tomaram um caráter assistencialista que, em parte, subsidiaram empreendimentos de grandes proprietários rurais. Essa dinâmica de inversão do direcionamento final de políticas públicas foi estudada por Andrade no livro “O caso do Nordeste brasileiro” (1985), no qual analisou as origens e os agentes perpetuadores do subdesenvolvimento da região Nordeste. Além disso, essas políticas de financiamento favoreceram algumas culturas alimentares (arroz, soja, café etc.) em detrimento de outras, bem como o tamanho da propriedade e a região em que essa se localizava.

Sobre essa temática, Andrade (1985) relata a importância do aspecto político em relação ao espaço produzido na região Nordeste:

[...] de vez que, em termos nordestinos, os grupos oligárquicos e seus aliados burgueses detêm o controle do poder, restando a organização e as reivindicações das camadas populares e, no plano nacional, apesar de possuírem uma elevada porcentagem dos representantes do povo no parlamento tem pouco poder frente às arregimentadas políticas do Sudeste. (ANDRADE, 1985, p. 16).

O livro “A terra e o homem do Nordeste”, principal obra de Manuel Correia de Andrade, retrata bem esse processo de desigualdade e subdesenvolvimento regional quando destaca o controle dos grupos oligárquicos locais sobre a verba governamental proveniente para a região. Na busca por analisar as relações entre o ser humano e suas atividades produtivas, destacando o uso da terra, ocupação e as formas de trabalho no Nordeste, Andrade (1973) se depara com uma estrutura social totalmente hierarquizada.

No que concerne a aspectos geopolíticos desse subdesenvolvimento regional, Andrade (1985) também destaca mecanismos de controle externo que interferem na formação espacial, social e econômica do Nordeste:

O espaço nordestino foi produzido em quatro séculos e meio de colonização, em função do atendimento da demanda de produtos alimentícios e de matérias primas do mercado externo. Posteriormente o crescimento de outras regiões do Brasil transformou o Nordeste em fornecedor de produtos primários e de mão de obra a essas regiões (ANDRADE, 1985, p. 11).

Pode-se afirmar, portanto, que as relações econômicas e geopolíticas do Nordeste não estavam voltadas para o desenvolvimento homogêneo da região. Nesse sentido, as riquezas produzidas no território nordestino foram historicamente transferidas para outras áreas, auxiliando no crescimento econômico da região sudeste do Brasil, por exemplo. Além disso, a concentração de terras persistiu dentro da própria espacialidade do Nordeste, o que acabou por criar uma situação de precarização das relações sociais no campo.

Como pode-se notar, o geógrafo Manuel Correia de Andrade ao longo da sua trajetória acadêmica sempre refletiu e atuou em prol da resolução de problemas sociais da região Nordeste, sendo a questão agrária o principal foco de análise. Em 1963, devido à repercussão da publicação da obra “A terra e o homem do Nordeste” e à sua atuação intelectual, foi convidado para compor o cargo de diretor superintendente do Grupo Executivo da Produção de Alimentos (GEPA), no Governo de Miguel Arraes. Esse órgão tinha como objetivo ampliar o crédito e a assistência técnica aos pequenos produtores rurais do Estado de Pernambuco, levando em conta uma política de desenvolvimento agrário. Contudo, a atuação desse órgão limitou-se até o início da Ditadura militar em 1964, conforme aponta Andrade (2021).

Considerando que Pernambuco foi o Estado onde se alastrou o movimento das Ligas Camponesas e o Governo de Miguel Arraes, muitas vezes visto como aliado da questão agrária, as figuras políticas e intelectuais ligadas a esse governo acabaram sendo identificadas como subversivas. Em consequência dessa série de fatores e da repercussão do livro “A terra e o homem no Nordeste”, Manuel Correia de Andrade foi convocado a depor na Delegacia de Ordem Social. Esse depoimento decorreu em sua prisão domiciliar por três meses. Sobre esse assunto, em entrevista à Araújo (2002, p. 112), Manuel Correia de Andrade cita o ocorrido: “[...] quando veio o golpe de 1964, o livro foi apreendido e eu fui preso. Já Arraes

havia me colocado em um cargo de confiança, durante o seu Governo, por causa do livro”. Nesse sentido, ao mesmo tempo que esse livro lhe proporcionou uma projeção e reconhecimento acadêmico também lhe rendeu repressões por parte das estruturas presentes na Ditadura Militar.

Dessa forma, a importância de Manuel Correia de Andrade se deve à atuação que teve, como militante, professor, pesquisador e escritor para as Ciências Humanas e Sociais, e, ao legado deixado através de suas obras para as gerações que vieram depois dele. Dedicando a sua vida a decifrar a Geografia, a História e as relações de poder no Nordeste, buscou compreender as singularidades territoriais e políticas presentes na espacialidade nordestina.

Geohistoricidade do campesinato nordestino

Até meados da década de 1910 ainda não existia um ideal geográfico, histórico e cultural do conjunto nordestino. A representação dessa parte do Brasil estava vinculada, majoritariamente, às percepções ambientalistas e eugênicas (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). Esse fator influenciou também na forma como essa região foi retratada em pesquisas científicas e estudos geográficos nas décadas posteriores. A descrição dos fatores naturais e climáticos foi preponderante enquanto que os conflitos de classes, produzidos pela hierarquização social na região, não eram analisados sobre um método crítico.

Com isso, a publicação em 1963 do livro “A terra e o homem no Nordeste” de Manuel Correia de Andrade traz uma nova forma de analisar a região Nordeste, sobretudo, a respeito do espaço agrário. Em um contexto no qual surgiram reivindicações camponesas acerca da reforma agrária e uma turbulência política, esse livro não foi bem recebido. Tal rejeição inicial da própria geografia brasileira se estabeleceu por causa da forma política e crítica com que a estrutura agrária da região Nordeste foi analisada.

O livro “A terra e o homem no Nordeste” passou por várias revisões ao longo dos anos, com a finalidade de manter o debate presente nessa obra sempre atualizado. Em termos de regionalização, a espacialidade nordestina é analisada neste livro a partir de 5 sub-regiões, são essas: a do Litoral e Mata, o Agreste, o Sertão e o Litoral Setentrional, o Meio Norte e a Guiana Maranhense. Para atingir essa regionalização, Manuel Correia fez uma análise do Nordeste por meio da formação territorial do Brasil, na qual as estruturas produtivas impostas pelos colonizadores e pelas elites locais estavam submetidas. Dessa forma, cada

uma dessas divisões apresentava espacialidades e características próprias, advindas de influências naturais e principalmente histórica da sua formação territorial, assim como exerciam uma polarização nas suas áreas circunvizinhas (ANDRADE, 2019).

Sendo a primeira área do Brasil a ser habitada, o Litoral Nordeste e a Zona da Mata foram atingidos com o processo de colonização e divisão territorial, a partir da lógica das capitanias hereditárias, visando a produção da cana-de-açúcar em grandes áreas monocultoras. Esse sistema de produção ligado ao *plantation* resultou numa sociedade de classes estratificada e racializada com pouca mobilidade social. Assim, foram construídas as estruturas agrárias do sistema de engenho, tanto do ponto de vista social quanto econômico. O Brasil passa então a servir a interesses externos, sendo a sua produção agrícola e comercial mercantil objetivando atender a demanda europeia, o que, por sua vez, agravou a situação social e reflete essa herança colonial até os dias atuais (PRADO JÚNIOR, 1980).

Para atender as demandas produtivas desse sistema, a principal mão de obra explorada por muito tempo foi a escravizada negra que além das atividades açucareiras se ocupava de demandas domésticas e da lavoura de produtos alimentícios de primeira ordem. Em contrapartida, pode-se ver, segundo Andrade (1973) que “No século XIX os velhos engenhos que durante três séculos haviam tido uma evolução muito lenta, foram sacudidos por uma série de inovações que melhoraram a técnica agrícola e transformaram profundamente tantos os processos industriais, como os de transportes.” (ANDRADE, 1973, p. 96).

Também nesse período o trabalho livre se disseminou a baixo custo salarial, o que agravou a condição dos camponeses afetados pela problemática da moradia precária. Após a abolição dos escravizados, estes passaram a fazer parte dessa massa produtiva submissa aos desmandos dos coronéis locais devido à sua vulnerabilidade socioeconômica e política. As consequências do trabalho exploratório, mal remunerado e desumanizado resultam no empobrecimento do trabalhador rural, na alimentação deficitária e nas condições sanitárias precarizadas. Neste contexto, os camponeses, somando-se a essa situação, sobreviviam geralmente em sistemas de foros, como herança do sistema de produção dos engenhos, no qual famílias camponesas recebiam uma pequena parte de terra do engenho (sítio) para desenvolver suas atividades agrícolas de subsistência, devolvendo em troca parte da sua produção ou sua força de trabalho e uma quantia em dinheiro (ANDRADE, 1973).

No século XX, entretanto, ocorreu no Nordeste brasileiro a entrada de capital de empresas transnacionais e vindas da região Sudeste, promovendo a substituição do latifúndio tradicional e oligárquico pelo latifúndio moderno capitalista. Tal mecanização do processo produtivo resultou em uma especialização da força de trabalho, o que gerou impactos sociais por causa da liberação da mão de obra. Em consequência desse processo, as usinas passaram a comprar as terras dos engenhos mudando o sistema de relações territoriais.

Essas usinas eram dirigidas por grupos empresariais que detinham altíssimo capital para comprar mais terras e investir no processo de produção e mecanização do cultivo da cana de açúcar. Somando-se a esses fatores, tinham apoio do governo na construção de infraestrutura de escoamento e distribuição de mercadoria. Esse cenário acarretou um aumento na tensão social no campo, com isso, os foreiros, por não terem documentos comprobatórios de posse das terras, acabaram sendo expulsos ou inseridos no processo de proletarização das usinas.

Dentro dessa lógica de acumulação capitalista, surgiram dinâmicas contraditórias representadas pelas Ligas Camponesas que vieram reivindicar o espaço camponês produzido no campo nordestino. A sede inicial desse levante se estruturou com a fundação, em 1955, da Sociedade de Agricultura e de Criação dos Plantadores de Pernambuco, no Engenho Galiléia, localizado na Zona da Mata do município pernambucano de Vitória de Santo Antão (ANDRADE, 1973). As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais, criadas inicialmente no estado de Pernambuco que se expandiram posteriormente para a Paraíba e outras regiões do Brasil. Pode-se dizer que as Ligas exerceram atividade intensa entre 1955 e 1964, após esse período houveram perseguições e desarticulação do movimento. Observando esse quadro de modificação técnica e produtiva no espaço rural nordestino, Andrade (1973) concluiu que o aumento do grau de desenvolvimento industrial no Nordeste Açucareiro era acompanhado da proporcional precarização das condições de trabalho.

Além da produção da cana de açúcar, o desenvolvimento da atividade pecuária e algodoeira no Agreste (zona de transição entre a área de mata e o semiárido nordestino) é de suma importância para compreender as características históricas do campesinato no Nordeste. A região Agreste, diferente da região açucareira, teve um povoamento tardio que foi dinamizado a partir da pecuária. O surto algodoeiro se deu no século XVIII, proporcionado por demandas externas de matérias primas para a Revolução Industrial que

se desenvolvia na Inglaterra. A cultura do algodão sofreu com oscilações de acordo com a flutuação do comércio internacional e proporcionou o desenvolvimento da área semiárida. Dentro desse sistema, a mão de obra utilizada na cultura do algodão era em grande parte livre, sendo moradores de condição/foreiros que buscavam nas terras dos latifundiários um local de segurança e abrigo. A impossibilidade de obter terras próprias entre classes empobrecidas generaliza esses casos.

Ao retratar o Agreste nordestino, Andrade (1973) destacou as pequenas propriedades locais que produziam culturas agrícolas para a subsistência (roça, milho, feijão) e pequenos rebanhos. Essa produção, para além do mercado interno, se estabeleceu devido ao aumento do número de engenhos, resultado da ampliação da produção da cana de açúcar. Nota-se que essas pequenas propriedades não tinham meios técnicos para se desenvolver, cabendo então ao Estado criar programas de assistência técnica e financeira para auxiliá-las em paralelo com a organização coletiva do campesinato local. As relações de trabalho e produção nas outras sub-regiões do Nordeste se assemelhavam basicamente às próprias condições de parceria, aos sistemas de foros e à exploração da mão de obra. Contudo, a formação histórica e geográfica, bem como as características naturais e culturais entre as regiões eram bastante diversas.

A pecuária e o latifúndio foram importantes para o povoamento e conquista do Sertão e do Litoral Setentrional. A pecuária extensiva sertaneja foi o primeiro expoente do processo de povoamento de outras áreas do território da colônia para além do litoral, seguido da exploração de recursos minerais como o ouro e o diamante, no atual sudeste brasileiro. O Litoral Setentrional, além das atividades mencionadas, estava muito ligado ao extrativismo da carnaúba, a partir do aproveitamento de toda a sua matéria prima.

No aspecto populacional, destaca-se a intensificação do fenômeno da migração, da década de 1960 a 1990, da população nordestina para as demais regiões do Brasil e principalmente a migração dos sertanejos para outras sub-regiões do Nordeste. Em tal contexto, procurava-se identificar as adversidades naturais como causadoras isoladas do subdesenvolvimento local. Devido às características climáticas locais, marcada por grandes períodos de seca, se estabeleceu uma visão determinista e ambientalista para descrever os habitantes dessa sub-região.

Desse modo, foram criadas narrativas difundidas por órgãos oficiais, jornais, revistas e pela literatura da época que auxiliaram na construção dessa imagem do sertanejo,

vítima da seca extrema e da fome. Essas leituras não identificavam a problemática da concentração de terras, das relações de trabalho abusivas e do desvio de recursos públicos como fatores essenciais no subdesenvolvimento local. Calavam-se também para a expropriação de pequenos agricultores sem-terra que, por décadas, trabalhavam e residiam em grandes propriedades na forma de arrendamento.

Já o Meio Norte e a Guiana Maranhense foram áreas que sofreram influência da ocupação francesa, se diferenciando cultural e geograficamente das outras sub-regiões do Nordeste. As principais atividades produtivas, neste caso, eram o extrativismo do babaçu nas áreas úmidas e a presença da pecuária realizada ao sul do Maranhão de forma extensiva, além da exportação de algodão e arroz. Essas atividades demandavam uma crescente mão de obra, representada inicialmente pela exploração indígena, o que despontou em constantes conflitos com os jesuítas. Após 1756, entretanto, mudou-se a força de trabalho por meio do tráfico negreiro em grande escala.

Dentro desse sistema de escravização houveram conflitos e fugas representados pelos quilombos e, posteriormente, pela Revolta da Balaiada (1838-1841). Em relação às outras sub-regiões, o Meio Norte e a Guiana Maranhense tinham uma área pouco povoada e terras devolutas que foram ocupadas por posseiros. Com o desenvolvimento local, por meio da criação de infraestruturas de transporte, se tem a expulsão desses posseiros por empresas e grandes proprietários de terra. Esse fenômeno intensificou o processo de grilagem, de forma que, sem condições sociais e distantes de grandes centros urbanos, os posseiros se viam à mercê desse sistema.

Essa regionalização apresentada diz respeito ao que foi discutido por Manuel Correia no livro “A terra e o homem no Nordeste” já em sua primeira edição, e foi reafirmada nas edições posteriores. Entretanto, é importante ressaltar que em outros livros como “Geografia Econômica do Nordeste: o espaço e a economia Nordestina” (ANDRADE, 1987) se traz em complemento a essa abordagem a questão das zonas geoeconômicas presentes em cada uma das sub-regiões nordestinas.

Diante desses problemas enfrentados na construção espacial da região Nordeste, Andrade (1973) apontou a organização dos camponeses em cooperativas de produção como um mecanismo de luta contra as explorações presentes no campo. Assim, de forma organizada, poderiam reivindicar seus direitos e dar visibilidade à urgência da reforma agrária e dos conflitos do espaço agrário brasileiro.

Rupturas, continuidades e contradições

Na contemporaneidade pode-se considerar, em contraponto a algumas teorias clássicas da Geografia Agrária (Kautsky, Lênin) que descreveram o fim do campesinato e a sua inevitável assimilação pelo capital, que o modo de vida camponês ainda pode ser visto como ativo no campo, sendo vivenciado por pequenos produtores que se baseiam em uma agricultura camponesa de cunho familiar (ALVES, 2009). Esse setor persiste como um segmento social de expressiva importância socioeconômica no contexto regional nordestino, gerando ocupações produtivas para mais de 4,7 milhões de pessoas (IBGE, 2017), sendo a sua participação na paisagem rural da região algo incontestável. Esse resultado é consequência do processo de resistência e luta constante das famílias camponesas e do esforço coletivo de suas organizações pela manutenção das pequenas propriedades agrícolas (AQUINO; ALVES; VIDAL, 2020).

Contudo, como bem salientou Andrade (1973), o domínio de grandes latifúndios permanece de forma estrutural na agricultura brasileira. De acordo com o censo agropecuário realizado em 2017, houve um aumento de 2,7% da concentração de terras no Brasil se comparados com os dados do censo anterior de 2006. Assim, em 2017 o país possuía 51.203 estabelecimentos com mil hectares ou mais, que representavam somente 1,0% do total, mas concentravam 47,6% da área ocupada pelos estabelecimentos rurais (IBGE, 2017).

Nesse ponto, é importante fazer um esclarecimento histórico. O período da década de 1960, época de publicação do livro “A terra e o homem no Nordeste”, foi marcado pelo avanço autoritário da Ditadura Militar (1964-1988), com isso o debate sobre questões sociais e fundiárias tornou-se ainda mais delicado e subversivo. As elites políticas e latifundiárias viam nesse debate um empecilho para o processo de efetivação da modernização da agricultura e refuncionalização da concentração de terra, assim a conjuntura política acentuou consideravelmente o tabu referente à discussão dessas temáticas sócio territoriais.

Na região Nordeste isso se fez mais presente, principalmente considerando as repercussões do avanço das Ligas Camponesas na Zona da Mata nordestina desde a década de 1950. Entre as décadas de 1960 e 1970, a maior parte das mortes de camponeses em conflitos no Brasil ocorreram no Nordeste, tendo como mandatários os latifundiários na intenção de silenciar o levante difundido pelas Ligas (OLIVEIRA, 2001).

Diante desse cenário de conflitos e disparidades sociais, Andrade (1973) refletiu e difundiu a situação agrária como uma das mais urgentes, pois a concentração de terras estruturava a lógica da desigualdade e desmandos sociais. Para mudar esse sistema deveria ser posta em prática uma reforma agrária que respeitasse as diversidades regionais e modificasse as estruturas sociais. Ainda como resultado da Ditadura Militar, por duas décadas, mesmo com a criação da Comissão Pastoral da Terra em 1975 e o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em 1984, a questão da reforma agrária não foi concretizada de forma prática e efetiva em termos de política pública.

A partir disso é possível afirmar que o Estado desempenhou um papel estratégico na manutenção da dinâmica das relações entre os modos de produção e as estruturas sociais. Na década de 1980, por exemplo, o Estado agiu a favor das grandes empresas, distribuindo crédito e permitindo o uso de terras antes não apropriadas (ANDRADE, 1984). Com isso, as áreas rurais passaram por transformações sociais e constantes redefinições espaciais, econômicas e demográficas. O processo de mecanização foi intensificado junto com o investimento do capital financeiro, o crescimento acelerado do agronegócio, mas também das tensões ambientais, territoriais e a especulação de terras agrícolas.

Posteriormente, o período de redemocratização, a nova fase política no Brasil, pode ser definida por diversas tentativas de ajustes fiscais e pela inserção do país na lógica da globalização e do neoliberalismo. No que concerne à legislação trabalhista no campo, houveram avanços em comparação com o período em que o livro “A terra e homem no Nordeste” foi publicado. Assim, o trabalho rural esteve devidamente regulado por normas jurídicas da década de 1970 e no artigo 7º da Constituição Federal/1988 (BRASIL, 1988). Antes disso já havia ocorrido um processo de sindicalização rural empreendido no Governo de Getúlio Vargas e no Governo de João Goulart (DEZEMONE, 2015). Porém, só a partir da Constituição Federal de 1988 foi possível uma unificação dos direitos de trabalhadores urbanos e rurais, tanto no que concerne às questões trabalhistas, quanto no que se refere aos temas previdenciários.

Além dessas medidas, foram criadas políticas públicas para combater trabalhos análogos à escravidão, bem como mecanismos de endividamento e o aliciamento. Esses mecanismos de coerção e subjugação, como visto, foram relatados por Andrade (1973) ao caracterizar as relações de trabalho do campesinato nordestino. Mas mesmo assim, ainda são

comuns cenas de trabalhadores rurais sendo resgatados de situações de escravidão no Brasil, demonstrando-se, com isso, que essa problemática está longe de ser superada.

Essas contradições dentro dos avanços do capital no campo brasileiro são características inerentes à lógica neoliberal. A presença do agronegócio se agravou durante o período da Ditadura militar, se dinamizando nos governos neoliberais subsequentes e teve seu apogeu no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Em grande medida, a expansão do agronegócio só se viabilizou com o apoio do Estado que criou as condições políticas, jurídicas e de infraestrutura para o crescimento dessa forma de acumulação de capital (CAMPOS; CAMPOS; CASTILHOS, 2017). Diante disso, é possível afirmar conforme Andrade (1984) que:

O processo de produção do espaço é, conseqüentemente, dinâmico, está permanentemente em ação e reformulação. Em sendo dinâmico é também dialético, de vez que a evolução da sociedade em ação do Estado que a representa não se procede de forma linear, mas sofre contestações, contradições que reformulam os princípios e as ações. (ANDRADE, 1984, p. 17).

Essa colocação de Manuel Correia de Andrade ajuda a explicar o processo dialético de avanço e ao mesmo tempo de retrocessos que ocorrem dentro do campo brasileiro. Em complemento, concordando com a abordagem contextual de Berdoulay (2003, 2017), é possível observar que houveram sistemas de pensamento que mudaram, ao mesmo modo que também ocorreram continuidades de relações tradicionais.

Considerações Finais

Manuel Correia de Andrade concebeu o Nordeste como uma região marcada por características sociais, naturais, culturais e relações produtivas diversas, apresentando-o a partir de uma leitura histórico-dialética das suas estruturas econômicas, políticas e territoriais. Desse modo, enfrentou um discurso que buscava descrever os fatores fisiológicos locais para identificar as adversidades naturais como causadoras do subdesenvolvimento da região.

Nesse sentido, os estudos produzidos por Manuel Correia serviram então como um mecanismo de denúncia das desigualdades presentes no Nordeste, oriundas da sua formação socioeconômica, territorial e política. Em uma época em que muitas dessas questões eram naturalizadas, seus estudos apresentaram uma renovação para as discussões

geográficas realizadas sobre a espacialidade nordestina, possibilitando novas conclusões sobre essa região e os seus problemas estruturais.

Em específico, no livro “A terra e o homem no Nordeste”, Manuel Correia trouxe à tona, por meio da narrativa histórica e geográfica, a exploração às quais os camponeses nordestinos estavam submetidos. A partir disso, evidenciou-se a construção dialética do espaço rural mediante transformações e demandas de cada período histórico, com as forças políticas buscando atender aos interesses dos grupos dominantes. A organização do campesinato em associações e sindicatos fez frente a esse processo, como foi visto na ação das Ligas Camponesas e em movimentos mais recentes como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A partir da reforma política e democrática do Brasil, na década de 1980 e como resultado da pressão dos movimentos rurais no campo, foram institucionalizados uma série de direitos aos trabalhadores rurais. Contudo, se estabelece em contrapartida a esse processo, a não efetivação da reforma agrária, o que definiu os caminhos que continuam a nortear o desequilíbrio de poderes e as desigualdades advindas da concentração de terras nessa região.

Referências

- ALBUQUERQUE, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALVES, F. D. Importância das teorias agrárias para a Geografia rural. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, 2009.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- ANDRADE, M. C. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. **Boletim Paulista de Geografia**, 1977.
- ANDRADE, M. C. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Fundação Joaquim - Massangana, 1984.
- ANDRADE, M. C. **O caso do Nordeste brasileiro**. Pernambuco: ASA, 1985.
- ANDRADE, T. L. C. **Vida e obra de Manuel Correia de Andrade: caminhos percorridos na geografia e contribuições aos estudos regionais e ambientais**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ANDRADE, T. L. C. **Entrevista com Thais de Lourdes Correia de Andrade.** Entrevista concedida a Gerlane Gomes da Rocha e Rodrigo Dutra Gomes, em 15 de julho de 2021.

AQUINO, J. R.; ALVES, M.; VIDAL, M. F. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do censo agropecuário 2017. **Rev. Econ.** v. 51, p. 31-54, agosto de 2020.

ARAÚJO, R. de C. B. de; BERNARDES, D.; FERNANDES, E. M. (Org.). **O fio e a trama: depoimento de Manuel Correia de Andrade.** Recife: UFPE. Ed. Universitária, 2002.

BERDOULAY, V. **A escola francesa de Geografia.** São Paulo: Perspectiva, 2017.

BERDOULAY, V. **The Contextual Approach, em Geography, Ideology, and Social Concern.** Organizado por D.R. Stoddart. Traduzido por Márcia Trigueiro. London: Blackwell, 1981.

BRASIL, Constituição (1988). **Capítulo II – Dos Direitos Sociais Art.7.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 13 fev. 2021.

CAMPOS, C. S. S.; CAMPOS, R. S.; CASTILHOS, C. C. Estado e agronegócio no Brasil uma análise do papel dos poderes Executivo e Legislativo para a expansão do agronegócio. In: MEDEIROS, R. M. V.; CASTILHOS, C. C. **Dinâmicas do espaço agrário: Velhos e novos territórios.** Porto Alegre: Evangraf, 2017.

DEZEMONE, M. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. **Revista Brasileira de História**, v. 36, n. 71, p. 131-154, 2014.

FREYRE, G. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste açucareiro.** 7. ed. São Paulo: Global, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Agências de Notícias, Censo Agropecuário, 2017.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.censo-agro-207gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

LEITE, J. C. O Homem do Nordeste. **Teoria e debate**, Edição 45, 2000. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2000/07/01/o-homem-do-nordeste/>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Círculo do livro, 1980.

SAQUET, M. A. Contribuições para o entendimento da obra de Manuel Correia de Andrade: Geografia, região, espaço e território. **Geo UERJ**, ano. 12, n. 21, v. 2, 2010.